

Colegas de Sapucaia esperam há anos por novas instalações



Há mais de dez anos atendendo a população no andar térreo de um prédio residencial localizado na rua Senador Lúcio Bittencourt, os servidores da JT de Sapucaia do Sul aguardam a concretização de uma antiga promessa do tribunal: um novo local para a instalação da Vara. E não poderia ser diferente. Alugado desde 1992, o prédio atualmente não oferece mais condições dignas (se é que um dia as teve,) tanto para quem lá trabalha quanto também para aqueles que procuram por seus direitos trabalhistas.

Enquanto a umidade penetra cada vez mais nas paredes, os 11 colegas lotados na secretaria são obrigados a se revezar no uso dos seis computadores – o que piora quando os oficiais também necessitam das máquinas – e a dividirem o pequeno espaço com móveis antiquados e dezenas de prateleiras atulhadas de processos (estes também se encontram empilhados por cima de todas as mesas).

A localização da Vara é considerada inadequada por todos, pois fica longe do centro da cidade, não possui uma linha de ônibus (apenas lotação de meia em meia hora). O restaurante mais próximo fica distante sete quadras. “A senhora que faz a limpeza também faz a nossa comida. Se não fosse ela teríamos mais um problema para resolver”, dizem.

O mercado imobiliário de Sapucaia não oferece um local com as condições necessárias para abrigar a Vara atual e ou-

Fotos Marcelo Antunes



Na Vara, há 11 servidores para seis computadores



Não há tempo para selecionar documentos nos arquivos

tra que está para ser instalada no ano que vem. O que existe são empresas dispostas a construir prédios em área central e seguindo especificações que incluem acessibilidade e distribuição de espaços conforme a necessidade do tribunal. Mas, em contrapartida, para garantir o retorno do investimento, querem locar por um período que ultrapasse os três anos, tempo máximo estipulado pelo TRT por contratação. “Nós sabemos que, uma vez instalados, vamos ficar. Mas os empresários querem a garantia de um contrato mais longo”, comentam os colegas.

Com mais de 3 mil processos em andamento e trabalhando com pauta dupla até a terceira semana de novembro, outro problema que aflige os colegas é o reduzido número de servidores. “Qualquer coisa que fuja do cotidiano se transforma em problema. Ninguém pode faltar, adoecer ou tirar licença, que a rotina dos colegas se sobrecarrega”, afirmam.

Como sugestão para minimizar tantas carências e ter um resultado quase imediato, os servidores reivindicam a redução no horário de atendimento no balcão. “Poderia passar para a parte da tarde. Trabalharmos melhor e teríamos mais tempo para organizar o serviço”, argumentam. Eles citam o caso do arquivo, em que há milhares de processos que já poderiam ter sido incinerados. “Não o fazemos por absoluta falta de tempo para realizarmos a seleção do material que continua acumulando.” Em reunião com o TRT, o assunto foi tratado; leia na página 2.

Um quadro que se repete em todas as visitas ao interior

Um quadro uniforme quando se está do lado de trás do balcão do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul. Nele vemos servidores sobrecarregados de trabalho tendo que atender uma sociedade que, com razão, cobra agilidade no atendimento a um dos mais básicos e elementares direitos do ser humano: a justiça.

Não bastassem os burocratas de Brasília empurrarem com a barriga questões como a falta de pessoal, os ambientes de trabalho em sua maioria estão deteriorados ou inadequados – seja pelo volume dos processos em trâmite e arquivados, seja pelo serviço que deveria ser prestado.

Para realçar mais as cores do quadro, a demanda cresce ano a ano (somente nas seções judiciárias da 4ª Região, foram distribuídos 75,3 mil processos em 1998 con-

tra 218,6 mil no ano passado, um aumento da ordem de 290%), faltam equipamentos de informática, trabalhadores ficam doentes e são afastados do trabalho, o mobiliário é antigo e há decepção com a carreira, além da inexistência de bom senso em algumas chefias que pressionam por um resultado que não tem como ser apresentado.

Por mais sensacionalista ou pessimista que possa parecer, e levando-se em conta que exceções existem, o conjunto de problemas citados nas linhas acima é, na verdade, a dura realidade a que estão sujeitos os brasileiros – tanto os que buscam reparação junto ao Estado quanto aqueles que fazem a máquina do sistema jurisdicional funcionar. E essa também tem sido a situação que o sindicato tem encontrado nas visitas que tem feito a locais de trabalho e relatado no

T-Liga, como em Pelotas, Santa Cruz do Sul, Alegrete, Rosário do Sul e, no último dia 23, as Varas Trabalhistas de Esteio e de Sapucaia do Sul.

O que o Sintrajufe quer com isso é que os servidores conheçam um pouco do dia-dia de colegas que, não importando a distância, enfrentam os mesmos problemas – quando não maiores – para ganhar seu sustento. É, igualmente, para mostrar que, se um problema é comum a todos, a responsabilidade por resolvê-lo também é de todos e pode ser demonstrada fazendo greve, denunciando, participando das assembleias, opinando, sugerindo, pressionando. O sindicato espera ainda que os tribunais da 4ª Região assumam a responsabilidade e a obrigação de brigar para que esta realidade se altere.

Aumento de pessoal e melhoria do local de trabalho são as principais reivindicações

Assim como em outros municípios, em Esteio os colegas da JT vivem o seu dia-a-dia cercados de problemas que se repetem como um mantra: muito trabalho, servidores de menos, iluminação precária, entre outros. Instalada em prédio próprio desde setembro de 1986, a Vara local conta com 11 servidores, sendo que, destes, oito trabalham na secretaria.

Os servidores esperam há mais de dois anos a reposição da vaga de um funcionário que foi cedido ao tribunal em Porto Alegre. Segundo eles, o próprio TRT havia prometido que tal preenchimento seria feito em seguida. Porém, com o passar dos meses, houve alteração no critério de avaliação das lotações e hoje a administração entende que a Vara está com a quantidade ideal de servidores. "Falta gente aqui em Esteio. Nós, que vivemos o cotidiano local, é que sabemos da real necessidade", protestam.

O que corrobora com a afirmação foi o aumento de competência das varas a partir da execução previdenciária. Na visão dos colegas, além da perda de um servidor, houve um aumento significativo na rotina de trabalho. "Na prática, com a execução previdenciária nós aumentamos a arrecadação da União. O

Fotos Marcelos Antunes



Processos se acumulam por todos os lugares



Sem setor de Distribuição, trabalho aumenta

que esperamos é que esta mesma União coloque mais gente para trabalhar nas secretarias", reivindicam.

Por ter uma única Vara, Esteio não conta com um setor de Distribuição. São os próprios servidores os responsáveis pelas autuações, pelo recebimento das petições, pela busca de documentos, certidões e arquivos. "É preciso que se altere essa sistemática quando da criação das novas varas e que se estenda a mudança às já existentes", avaliam. Outra sugestão dos colegas para aliviar a pressão do trabalho e aumentar o espaço para arquivos seria a criação, pelo tribunal, de uma comissão itinerante de apoio às varas no arquivamento de processos, na catalogação, na separação e na eliminação de documentos.

Quanto à diminuição do horário de atendimento no balcão, os colegas acreditam que seria bem-vinda. No entanto, sozinha essa medida funcionaria apenas como um paliativo, seria "tapar o sol com a peneira". "Uma ação desse tipo, isolada, atingiria de forma negativa a comunidade, que não tem culpa pelas carências do serviço público. O que é preciso fazer, e com urgência, é aumentar o quadro funcional e melhorar a estrutura dos locais de trabalho", afirmam.

Reestruturação do PCS

Categoria defende manutenção de auxiliar e paridade

Diretor-geral do STF fala sobre o anteprojeto

Veja os principais pontos debatidos com o diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, no seminário sobre o PCS promovido pelo Sindjus/DF:

1. Auxiliar judiciário: a direção-geral irá propor a alteração, a fim de garantir a manutenção do cargo.
2. Aposentados (20 padrões): está sendo estudada a possibilidade de manter os atuais 15 padrões ou aumentar para 20, com o enquadramento sendo efetivado de cima para baixo, o que garantirá o mesmo direito a ativos e aposentados.
3. Agente de segurança: está sendo prevista a inclusão da gratificação de atividade de segurança (GAS) em percentual ainda a ser definido.
4. Funções comissionadas: possíveis alterações neste item podem se tornar um dos pontos de discordância quanto à proposta. Fonseca afirmou que proporá alteração da versão da comissão no que se refere a manter a exclusividade das FC 1 a FC 6 para servidores da carreira judiciária. Ele defende a manutenção do critério atual, além da majoração dos valores pagos pelas funções, principalmente nos Cargos em Comissão. Essas alterações vão de encontro a nossa defesa de continuar valorizando o cargo efetivo em relação às FCs.
5. Adicional de qualificação: a DG concorda em incluir o benefício nos proventos da aposentadoria.
6. Redistribuição: Fonseca defendeu a inclusão de artigo que dê aos servidores o direito à redistribuição.
7. Prazos: a previsão do diretor-geral é que a discussão da proposta seja realizada até o final de 2004 e que o projeto seja enviado ao Congresso em fevereiro do próximo ano.

Um dos temas que mais tem mobilizado a categoria é a reestruturação do PCS, cujo anteprojeto já está pronto. No dia 21/11, a Fenajufe promoveu um Seminário Nacional para analisar e propor mudanças nesse documento. Estiveram presentes mais de 70 pessoas. Pelo Sintrajufe, participaram os colegas Gleni, Itamar, Paulo Rosa e Zé

Foi feito um relato da participação do diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, no seminário realizado pelo Sindjus/DF dia 19/11 sobre o mesmo tema. Ele informou algumas posições da direção-geral do STF sobre a proposta elaborada na Comissão Interdisciplinar (veja quadro).

No seminário da Fenajufe, além dos pontos registrados pelo diretor-geral, foram discutidos, entre outros, os seguintes itens:

1. Ingresso na carreira/concurso público: melhorar a redação do artigo, garantindo a realização do concurso com cargo e es-

pecialidade definidos já no edital.

2. Artigo 25: debater a exclusão da parte final deste artigo ("... observado o que a respeito dispuser o STF"), que trata do direito à revisão geral de salários dos servidores públicos.

3. Concurso público/programa de formação: questionar a subjetividade que pode surgir com a implementação de um curso de formação de caráter eliminatório e classificatório nos concursos públicos.

No final dos trabalhos, foram tirados, entre os encaminhamentos, debate e deliberação sobre as propostas de alteração pelos sindicatos de base até 15/02/05; divulgação, pela Fenajufe, das posições dos diversos sindicatos até 20/02/05; realização de reunião ampliada da Fenajufe dias 26 e 27/02/05; encaminhamento da continuidade da negociação sobre pontos consensuais que defendemos até a Reunião Ampliada.

Crise no INSS

Sucateamento cria colapso no sistema de Previdência

Depois de quase um mês de lentidão no sistema de informática, que fez com os atendimentos fossem suspensos em muitas cidades do país, o ministro da Previdência, Amir Lando, ainda declara que "ainda não foi identificada a origem do problema". Os problemas estão identificados há muito tempo. Em entrevista coletiva, a diretoria da Empresa de Processamento de Dados da Previdência (Dataprev) destacou a falta de investimentos e as dificuldades financeiras devido a atrasos de pagamento. O mais incrível: o Ministério da Previdência deve R\$ 150 milhões à empresa.

A Dataprev considera que os trabalhadores fazem um trabalho "milagreiro", pois, mesmo lidando com situações adversas, conseguem atender à Previdência So-

Sindisprev / Divulgação



Previdenciários denunciam desestruturação da Previdência

cial. No dia 12/11, os funcionários do escritório do RS da Dataprev enviaram ao gerente, Mário Teza, uma correspondência em que denunciavam: "As autoridades não estão levando a sério os investimentos que deveriam ocorrer para acompanhar o avan-

ço tecnológico" (...) "o parque obsoleto e defasado se reflete no atendimento dos servidores".

O que estaria por trás do sucateamento? As propostas do FMI para privatização da Previdência. A resolução número 8 e a portaria 102 do Ministério da Previdência atendem a essas recomendações. A resolução 8 faz referência a "eliminar o monopólio da Dataprev com o MPAS e o INSS" e a dever-se considerar "uma eventual privatização, parcial ou total, da Dataprev".

O diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Previdência Social (Sindisprev) Giuseppe Finco diz que a falta de condições de trabalho é o principal motivo do desgaste emocional vivido pela categoria. "Além do sucateamento e da falta de investimentos no setor de informática, sentimos na carne a desvalorização dos serviços públicos", afirma.

Os previdenciários também lidam com a dificuldade em fazer com que os usuários entendam que os servidores também são vítimas. Segundo Finco, seria importante a CUT fazer uma campanha promovendo um intercâmbio com o setor privado para "acabar com o mito de que nós, servidores públicos, somos privilegiados".

Qualidade total

Rogério Dornelles, médico do trabalho, assessor do Sintrajufe

A palavra qualidade é muito sedutora. Atinge em cheio nossos mais profundos sentimentos. Quando a ouvimos, imagens de coisas belas invadem nossa mente. Imagine se esta qualidade for total. Não existirá cérebro suficiente para conter tanto prazer. Mas, voltando à realidade, somos obrigados a dizer que a expressão Qualidade Total ou, como era originalmente denominada, Controle de Qualidade Total, é uma forma de organização do trabalho. Que pena, ainda não chegamos ao paraíso.

Apesar de a ligarmos imediatamente ao Japão, a expressão e sua conceituação foram criadas na década de 1950 pelo então gerente de controle de qualidade da General Electric, Armand Feigenbaum. A proposta surge em um contexto histórico de início do esgotamento do modelo fordista/tylorista, que baseava a organização do trabalho em tarefas pré-determinadas pela gerência, sem participação do trabalhador em nenhuma outra atividade que não a determinada pelo comando. Essa forma de produção trouxe alguns problemas, por exemplo: os produtos começaram a ficar muito caros e, pelo tipo de trabalho completamente alienado, os níveis de faltas eram elevadíssimos.

A forma de organização do trabalho denominada Qualidade Total encontrou sua melhor performance no Japão. No pós-guerra, as empresas japonesas necessitavam produzir para um mercado restrito, e o território japonês não tem espaço para estocagem de produtos. A Qualidade Total era forma de produzir com baixo custo, em pequenas quantidades e vinculada à demanda. O modelo japonês não foi uma cópia do proposto por Feigenbaum, o qual defendia a formação de especialistas em qualidade. Ao contrário, trouxe uma inovação fundamental ao propor que todos os empregados deveriam ser envolvidos pelo Controle de Qualidade Total. Esse foi o "pulo do gato". Roberto Heloani, em seu livro *Gestão e organização no capitalismo globalizado*, afirma: "O trunfo do modelo japonês fabril não é a tecnologia, mas a forma peculiaríssima de administrar pessoas e grupos na situação de trabalho".

O sucesso do modelo de Qualidade do Total para a economia japonesa é um fato. O debate, portanto, não se deve centrar no sucesso japonês. As dúvidas centram-se nos custos humanos desse modelo, na transposição automática de um país para outro, na simples colagem de um modelo inicialmente fabril para o serviço público e, fundamentalmente: é o melhor modelo para a organização do trabalho do ponto de vista dos trabalhadores brasileiros? Quem sabe, ao introduzirmos esse questionamento, não estaremos produzindo um modelo de organização do trabalho próprio e rompendo com a monotonia de sempre absorver a tecnologia de outros países, sufocando a criatividade e nossas próprias iniciativas.

Rosane Vargas



Forma como documentos são entregues influem na incidência de LER/Dort

Abaixo o grampo!



O Sintrajufe e os secretários de audiência da JT reuniram-se dia 19/11 e aprovaram o material de divulgação da campanha Abaixo o Grampo!. Os secretários distribuirão aos advogados um textos em que solicitarão que petições e documentos sejam entregues perfurados e sem grampos. Ao mesmo tempo, a campanha será ampliada, atingindo todos os setores. O sindicato distribuirá cartazes a serem afixados nas OABs e nas secretarias de varas.

Desde a saída dos juizes clasistas e com o aumento da compe-

tência da JT, as tarefas dos secretários de audiência foram ampliadas. O que antes era dividido com os classistas ficou exclusivamente a cargo dos secretários. Com a edição de lei que proibiu o pagamento de substituição e com o estrangulamento do número de funcionários nas secretarias, ficou mais difícil o apoio para os secretários de audiência.

Essas alterações aumentaram muito a incidência de doenças relacionadas ao trabalho entre os secretários. O Sintrajufe enviou um questionário aos secretário a fim de conhecer melhor essa realidade. As respostas devem ser entregues até dia 30/11, por e-mail ou fax.

Direito & Avesso

Prazo para artigos se encerra dia 30/11

A próxima edição do Direito & Avesso estará na rua antes do recesso. O tema Reforma do Judiciário será aprofundado. Além disso, estarão na pauta reestruturação do PCS e ditadura militar. Se você quiser dar sua opinião sobre algum desses temas, escreva (imprensa@sintrajufe.org.br). O prazo para envio de textos se encerra no dia 30/11. Os artigos devem ter até 4,5 mil caracteres, contando os espaços em branco.

Prestação de contas

Balço patrimonial em 30/6/04

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	278.415,94	CIRCULANTE	346.253,64
Disponível	165.553,51	Obrigações a curto prazo	219.060,40
Caixa	2.668,53	Fornecedores/Contas a pagar	180.347,86
Banco c/ movimento	162.884,98	Contrib. sociais a recolher	2.445,29
		IRRF a recolher	36.267,25
Créditos	112.759,17		
Valores receber dos associados	41.362,72	Obrigações sociais	127.193,24
Adiantamentos a funcionários	34.883,46	Encargos sociais a recolher	37.520,20
Devedores diversos	36.512,99	Provisão de férias	54.352,55
		Provisão de 13º salário	35.320,49
Despesas do exercício seguinte	103,26		
Prêmios de seguros	103,26	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	53.367,99
		Empréstimos e financiamentos	53.367,99
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.199,98	Depósito judicial	16.436,84
Depósito judicial	4.199,98	Parcelamento INSS	30.488,45
		Processos precatórios	6.442,70
PERMANENTE	1.329.272,54		
Investimentos	14.429,45	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.212.266,83
Participações sociais	14.429,45	Patrimônio Social	1.025.693,26
		Correção monet. do patrimônio social	180.604,71
Imobilizado	1.314.843,09	Reservas de reavaliação	276.541,16
Custo corrigido	1.356.862,79	Ajustes exercícios anteriores	(4.664,65)
(-) Depreciações	(42.019,70)	Superávits/Déficits acumulados	(185.302,51)
		Déficit do 1º. semestre/2004	(80.605,14)
TOTAL DO ATIVO	1.611.888,46	TOTAL DO PASSIVO	1.611.888,46

Apuração do equilíbrio financeiro em 30/6/04

RECEITAS ORDINÁRIAS		DESPESAS ORDINÁRIAS	847.368,43
Atividade sindical	1.194.963,07	Despesas administrativas	847.368,43
Mensalidades sociais	1.188.992,51	Despesas com pessoal	566.820,18
Administração de convênios	5.970,56	Despesas gerais e administrativas	144.831,15
		Despesas com terceiros	135.717,10
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	510,20		
Receitas financeiras	510,20	ATIVIDADE SINDICAL	220.880,12
Rend. de aplicações financeiras	510,20	Despesas participações em eventos	179.335,40
		Movimentos e paralisações	41.544,72
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(193.870,68)		
Impostos e Contribuições	(191,41)	DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	13.959,18
Imposto de Renda retido na fonte	(191,41)	Despesas financeiras	13.959,18
		CPMF e IOF	7.499,02
Repasses	(193.679,27)	Despesas/Taxas bancárias	4.562,82
Fenajufe	(74.857,63)	Juros/Multas pagos	1.897,34
CUT	(118.821,64)		
RECEITAS LÍQUIDAS	1.001.602,59	TOTAL DAS DESPESAS	1.082.207,73